

1           **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**  
2                                   **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3  
4           **OBJETO:** Aprovação da Ata da 2ª reunião ordinária, aprovação da Ata da 1ª  
5 reunião extraordinária, definição da posição do Comitê em relação à  
6 correspondência enviada pelo representante da Sociedade Civil/ ONG Rede  
7 Amigos das Águas - Jorge Ramon Araújo Mello, apresentação do Plano de  
8 Trabalho para elaboração do Plano de Bacia, a criação da Câmara Técnica de  
9 Cobrança e a apresentação de estudos de layouts de logomarca para o Comitê.

10 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, às 14:00 horas, na Sala de  
11 Reuniões do Conselho do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das  
12 Indústrias do Estado do Paraná – CIETEP, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do  
13 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. O Presidente  
14 PÉRICLES PESSOA SALAZAR deu início à reunião agradecendo à FIEP pela cessão  
15 do espaço, fazendo a verificação do quorum, sendo que os nomes dos membros  
16 presentes e respectivas instituições encontram-se em anexo na lista de presença. O  
17 Presidente solicitou que os membros se apresentassem e após a apresentação dos  
18 mesmos, procedeu a leitura e aprovação da pauta. Tendo sido aprovada, o Presidente  
19 submeteu a aprovação da ata da 2ª reunião ordinária. O SR. REINALDO  
20 J.RODRIGUES DOS SANTOS observou que a palavra “criação” utilizada na linha 271  
21 não era a mesma usada por ele na reunião e que ela deveria ser alterada para  
22 “valorização”, alteração essa realizada. Foi levantado que na ata não estava citado o  
23 cargo a que o SR. DARCY DEITOS estava se candidatando, tendo sido incluído essa  
24 informação. O SR. MARIO BASTOS observou que não haviam sido transcritas dentro  
25 do contexto algumas observações feitas por ele e o Presidente sugeriu que as  
26 observações fossem encaminhadas por escrito que seriam incluídas na ata. O Presidente  
27 submeteu a ata da 2ª Reunião Ordinária a votação, tendo sido aprovada com as  
28 alterações sugeridas. Passou-se em seguida a análise da Ata da 1ª Reunião  
29 Extraordinária. Foram feitas algumas observações as quais foram acatadas e a ata foi  
30 aprovada. A SRA. INGRID ILLICH MÜLLER solicitou a inclusão de duas  
31 apresentações de dez minutos cada, sobre estudos que estão sendo desenvolvidos no  
32 Instituto de tecnologia para o desenvolvimento - LACTEC com recursos do FINEP, um  
33 sobre outorga de efluentes e outro sobre enquadramento, no item Assuntos Gerais, tendo  
34 sido aprovada esta inclusão de pauta. O Presidente passou então ao terceiro item da  
35 pauta que tratava da definição da posição do Comitê em relação à correspondência  
36 enviada pelo representante da Sociedade Civil/ ONG Rede Amigos das Águas - Jorge  
37 Ramon Araújo Mello, informando primeiramente que, conforme solicitação recebida  
38 pela Secretaria Geral em 5 de dezembro, estava credenciando o Doutor Gabriel Gino  
39 Almeida e a Doutora Letícia Xavier conforme prevê o Regimento Interno do Comitê.  
40 Na seqüência o Presidente fez um breve histórico dos acontecimentos, relatando que,  
41 enquanto era realizado o evento de Capacitação dos Membros do Comitê promovido  
42 pela Agência de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, por intermédio de  
43 Convênio com a Agência Nacional de Águas – ANA, ministrado por professores da  
44 UFPR (Dr. Cristovão Fernandes, Dr. Eduardo Felga Gobi e eng<sup>a</sup> Maria Cristina Marin),  
45 USP (Dr<sup>a</sup> Monica Porto), e pelo Secretário Executivo do Comitê do Piracicaba, Capivari  
46 e Jundai, eng<sup>o</sup> Luiz Roberto Moretti, nos dias 24 e 25 de agosto, o SR. JORGE  
47 RAMON DE ARAUJO MELLO, que não compareceu ao curso, enviou uma  
48 correspondência eletrônica para o Fórum Nacional da Sociedade Civil - FONASC onde  
49 chamou o curso de “incapacitação, enécimo curso de merda sobre gestão democrática  
50 dos recursos hídricos, e cinicamente convocado pela UFPR” sendo que também

51 escreveu: “O curso foi devidamente “legitimerdado” pelos seus comparsas das  
52 empreiteiras da FIEP, prefeituras, prestadoras de serviço, e organizações de classe, que  
53 lucram com assuntos ambientais. Estes últimos que também viraram ONGS pela mágica  
54 do népota Requião e seus asseclas fascistas, parentes todos, e comparsas da “velha  
55 guarda”. Dentre eles o presidente do COBAIAR”; o Comitê foi chamado de “chiqueiro  
56 eleitoral, espaço de negação da democracia participativa e direta”; “os nichos de luta  
57 pela Justiça Sócio-ambiental estão abertos para a ocupação corporativa da FIEP/FAEP e  
58 seus lacaios do serviço público, e, o que é ainda pior, daqueles que “representam” a  
59 sociedade civil organizada nos comitês, conselhos e fóruns. Todos vem sendo  
60 facilmente colonizados por parte da corja dos opressores, aceitando a cooptação com  
61 singular docilidade e evidente locupletação”; a “União de Entidades Ambientistas do  
62 Paraná – UNEAP” parece bem disposta a servir esta engrenagem de mercado  
63 paranaense, seduzida pelos sutis mecanismos de desvio do controle social, que permitem  
64 aos capitalistas cooptar os críticos e calarem sua ressonância contestatária, integrando-os  
65 na sua propria imagen e assimilando-os no seu sistema de “neoliberalidades democráticas”  
66 e “parcerias”; “Caros Amigos e Amigas e aos outros e outras, como poderíamos  
67 participar deste curso de in-capacitação para os membros da Comitê de Bacias do Alto  
68 Iguaçu e Alto Ribeira (COBAIAR), fruto do cinismo e da hipocrisia de grande parte dos  
69 membros deste COBAIAR que aprovaram para a história a Restrição do direito a  
70 informação ambiental e do exercício pleno da representatividade coletiva das ONGS, no  
71 contexto do Estado de Direito Democrático. Inclusive, a própria ministrante, nossa  
72 Universidade Federal do Paraná”; “no mundo do capitalismo corporativo da  
73 FIEP/FAEP não há espaço para a justiça sócio-ambiental. So há paupérrimas  
74 logomarcas e imundos simulacros de Justiça. O modelo ideológico FIEP/FAEP vende a  
75 Pátria, cobra caro, muito caro, perversamente caro, e a entrega, já prostituída, à  
76 hegemonia da ideologia e do capital neoliberalis”, difamando o evento e o próprio  
77 Comitê. Este e-mail foi repassado em 5 de setembro aos Srs. Membros do Comitê  
78 juntamente uma nota de esclarecimento escrita pelo Presidente. O Presidente enviou  
79 uma correspondência ao SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO, a qual está em  
80 anexo a esta ata bem como os documentos citados acima, comunicando sobre sua  
81 suspensão como membro do Comitê, *ad referendum* do Plenário, solicitando que  
82 durante o período de suspensão o membro suplente EUCLIDES GRANDO JUNIOR  
83 (Liga Ambiental) assuma a condição de Membro Titular. Houve um erro na  
84 correspondência enviada ao SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO pois o  
85 suplente citado deveria ser o SR. EDSON LUIZ RODRIGUES D’ALMEIDA do  
86 Movimento Ecológico de Piraquara. Em 22 de novembro, o SR. JORGE RAMON DE  
87 ARAUJO MELLO protocolou (nº 9.234.505-0) correspondência junto à SUDERHSA.  
88 Nesse documento, discorreu sobre vários assuntos, inclusive a política nacional e  
89 estadual. No plano nacional, citou que “os políticos e seus asseclas deve por as barbas  
90 de molho”. No plano estadual, comentou que o: “o atual governador só conta com o  
91 voto de aproximadamente 30% dos eleitores paranaenses. O governador representa uma  
92 minoria pouco significativa da opinião pública. Este será mandato da mediocridade”.  
93 Comentou também: “participam no COBAIAR tecnocratas de grande valia nas suas  
94 áreas de atuação, principalmente, naquelas que se concatenam na repartição dos  
95 benefícios institucionais, políticos e/ou financeiros que advirão do novo imposto  
96 embutido que representa a cobrança pelo uso da águas no estado do Paraná”; “o  
97 “jeitinho brasileiro” da maioria dos membros do COBAIAR, de fazer de conta que há  
98 democracia, que há qualquer possibilidade de controle social sobre processos decisórios  
99 que envolvem direitos coletivos e difusos não pode prosperar”; “Alguém já pobres e  
100 excluídos avançarem livremente os portões da FIEP para uma reunião do COBAIAR?”.

101 e solicitou acesso à gravação e de gravação da Reunião que deliberou sobre o Regimento  
102 Interno, pedido formal de retratação do Presidente do Comitê, colocação em pauta e em  
103 audiência pública discussão sobre a isenção do setor agropecuário e que fossem  
104 realizadas filmagens das próximas reuniões. Em data de 21 de novembro, o SR.  
105 RAFAEL FILIPIM, da Liga Ambiental, enviou e-mail solicitando a revogação da  
106 suspensão do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO, sob pena de responder  
107 administrativa e judicialmente. Em 1º de dezembro, o SR. JORGE RAMON DE  
108 ARAUJO MELLO protocolou (nº 9.234.579-3) correspondência junto à SUDERHSA  
109 na qual solicitou mediata retratação dos que emitem e assinam documentos oficiais  
110 tentando negar a efetividade do exercício da participação dele no Comitê e direito de  
111 receber informações e documentos relativos à pauta desta reunião. O Presidente  
112 continuou relatando que houve outro e-mail do SR. RAFAEL FILIPIN observando que  
113 não cabia ao Comitê opinar ou aconselhar as ONG's sobre quem indicar para ser  
114 representante no Comitê como foi escrito na Nota de esclarecimento, ao que o  
115 Presidente se desculpa. Isso posto, o Presidente propõe uma suspensão de um ano a  
116 partir da data de reunião, explica que o SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO  
117 teria um tempo igual ao por ele utilizado para se defender se ele estivesse presente e  
118 abre para o plenário se manifestar tanto sobre a suspensão 'ad-referendum' como sobre  
119 a proposta de suspensão por um ano. O SR. WALTER J. BONFIM colocou que os  
120 membros do Comitê estavam em processo de aprendizagem, que ele achava temerário  
121 transformar o Comitê em um tribunal onde os membros fossem julgados e que a  
122 suspensão ad-referendum já havia sido punição suficiente. O SR. ANTONIO  
123 RICARDO LONREZZON se posicionou a favor da suspensão de um ano, explicando  
124 que o Comitê não era lugar para desrespeito pessoal, injúria, difamação, e que deveria  
125 haver um grupo de ética para propor normas mínimas de comportamento. O SR.  
126 REINALDO J. R. DOS SANTOS comentou que os três segmentos que representam o  
127 setor da sociedade civil no Comitê deveriam discutir seus posicionamentos em relação  
128 aos assuntos discutidos neste fórum e que ele repudiava a atitude do SR. JORGE  
129 RAMON DE ARAUJO MELLO, lamentando sua ausência pois ele gostaria de  
130 esclarecer se aquela atitude era pessoal do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO  
131 ou ele estava falando pelas ONG's e se posicionou a favor da suspensão de um ano. O  
132 SR. WALTER J. BONFIM explicou que ele também não concordava com a atitude do  
133 SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO e que concordaria com a suspensão por  
134 um ano desde que estivesse previsto no Regimento Interno, reforçando que não gostaria  
135 de participar de um tribunal de exceção. O DR. GABRIEL GINO ALMEIDA,  
136 advogado da SUDERHSA que é a Agencia das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do  
137 Alto Ribeira, esclareceu que o plenário do Comitê dispõe de amparo legal para deliberar  
138 acerca da aplicação de sanções a um membro, mesmo porque o caso é omissivo pelo  
139 Regimento Interno. Existe previsão expressa, inclusive, no Regimento Interno, no Art.  
140 39, diz que "os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Presidente,  
141 ouvido o Plenário do Comitê, e constará na Ata com inteiro teor da decisão tomada". O  
142 SR. ANTONIO RICARDO LONREZZON solicitou esclarecimentos se quem seria  
143 suspenso era a instituição ou o representante da instituição a que o DR. GABRIEL  
144 GINO ALMEIDA esclareceu que o suplente do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO  
145 MELLO era Sr. EDSON LUIZ RODRIGUES D'ALMEIDA, representante do  
146 Movimento Ecológico Piraquara - MEP. O SR MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA  
147 se posicionou a favor da suspensão por um ano, bem como a SRA. INGRID I.  
148 MÜLLER e o SR. MARIO BASTOS DA SILVA. O SR. LAERTES MUNHOZ DA  
149 CUNHA, o SR. GUNTOLF VAN KAICK, o SR. CARLOS EDUARDO DORNELLES  
150 VIEIRA, o SR. CARLOS AUGUSTO DOS ANTONIOS SILVA E o SR. EDSON LUIZ

151 RODRIGUS D'ALMEIDA repudiaram a atitude do SR. JORGE RAMON DE  
152 ARAUJO MELLO e se posicionaram a favor da suspensão. O SR. MARIO SERGIO  
153 RASERA observou que seriam duas votações, uma para votar a suspensão ad-  
154 referendum e outra para aprovar a suspensão por um ano. A SRA. LAURA JESUS DE  
155 MOURA E COSTA se posicionou contra a atitude do SR. JORGE RAMON DE  
156 ARAUJO MELLO, porém informou que iria se abster de votar pelo fato de estar  
157 representando a sociedade civil, no intuito de fortalecer esse setor. Ela elogiou o curso  
158 de capacitação e lembrou que existe uma pendência em relação ao Artigo 35 do  
159 Regimento Interno do Comitê. O SR. TADEU D. B. RZNISKI salientou que o SR.  
160 JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO não compareceu a reunião para se retratar,  
161 mesmo tendo sido convidado, conforme atestava o recibo de entrega do convite e que  
162 aprovava a proposta do Presidente. O SR. DARCY DEITOS comentou sobre a atitude  
163 do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO, demonstrando seu repudio. Não  
164 havendo mais comentários o Presidente colocou em votação a suspensão ad-referendum  
165 do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO, sendo que foi aprovado com vinte e  
166 oito votos e três abstenções. Em seguida o Presidente colocou em votação a suspensão  
167 por um ano do SR. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO, também aprovada por  
168 vinte e oito votos a favor e três abstenções. O REINALDO J. R. DOS SANTOS sugeriu  
169 que fosse incluída na pauta de uma próxima reunião a proposta da criação de um grupo  
170 para discutir sobre um código de ética e a SRA. MARTHA SUGAI explicou que se  
171 absteve de votar por não concordar com o fato de se tomar atitudes não previstas no  
172 Regimento Interno e que o Comitê seria um exemplo ruim para o País neste processo  
173 democrático e participativo. O Presidente acatou a proposta do Sr. Reinaldo e incluiu  
174 como item de pauta para a próxima reunião a criação de um grupo de trabalho para  
175 criação de um código de ética. Em seguida passou ao quarto item da pauta que era a  
176 apresentação do Plano de Trabalho para a elaboração do Plano de Bacia, passando  
177 primeiramente a palavra a o SR REINALDO J. R. DOS SANTOS, coordenador da  
178 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano – CT-Plan, que comentou que a Câmara  
179 Técnica de Acompanhamento do Plano foi convidada pela Agência das Bacias para uma  
180 reunião onde foi apresentado o Plano de Trabalho para a Elaboração do Plano, quando o  
181 Dr. Rodolfo Humberto Ramina, coordenador dos trabalhos pela consultora RDR, fez a  
182 apresentação do referido plano. O SR REINALDO J. R. DOS SANTOS comentou que  
183 os integrantes da CT-Plan deram diversas contribuições, externou sua preocupação de  
184 que fossem distintos os papéis da SUDERHSA enquanto Agência de Água e  
185 SUDERHSA enquanto Órgão Gestor e também comentou que ainda não havia recebido  
186 a ata da reunião da CT-Plan. O SR REINALDO J. R. DOS SANTOS explicou que ficou  
187 definido na reunião que haveria uma segunda reunião da CT-Plan em fevereiro para  
188 acompanhamento dos trabalhos da consultora e que sempre que surgir um assunto que a  
189 Câmara Técnica acredite merecer apreciação do Comitê, ela solicitará a convocação de  
190 uma Reunião Extraordinária, uma vez que o Plano de Bacia é o instrumento mais  
191 importante da gestão de recursos hídricos. Também informou que ficou acertado com a  
192 Secretaria Executiva do Comitê que esta avisaria a todos os membros do Comitê sobre  
193 futuras reuniões da CT-Plan para que qualquer interessado pudesse participar e solicitou  
194 aos membros da Câmara Técnica que fizessem as observações que achassem  
195 necessárias. Não havendo manifestações, o Presidente solicitou ao Engenheiro e  
196 Economista RODOLFO HUMBERTO RAMINA, da empresa RDR Consultores,  
197 coordenador da elaboração do Plano de Bacia, que procedesse a apresentação do Plano  
198 de Trabalho. O DR. RODOLFO HUMBERTO RAMINA iniciou a apresentação  
199 explicando que esta apresentação já incluía as sugestões da CT-Plan, sendo que a  
200 apresentação está em anexo a esta Ata. Após a apresentação a palavra ficou em aberto

201 para esclarecimentos e sugestões. A SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA  
202 levantou a sua preocupação em relação ao zoneamento do plantio de pinus que deveria  
203 estar contemplado no item de uso do solo, em relação a preservação das cavernas na  
204 região do Karst, uma vez que são reservatórios de água, em relação a questão da  
205 mineração e em relação às araucárias fossilizadas encontradas quando das escavações  
206 para a construção da barragem Piraquara II a que o SR. RODOLFO HUMBERTO  
207 RAMINA explicou que esses assuntos estarão contemplados dentro do capítulo de Uso  
208 do Solo. A SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA solicitou também  
209 informações sobre a frequência do representante da Prefeitura municipal de Almirante  
210 Tamandaré que será verificada a posteriori. Em relação à apresentação do Plano de  
211 Trabalho o SR. MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA sugeriu que no produto  
212 “Estratégia de Divulgação”, não fosse apenas considerada a divulgação externa, mas  
213 interna às instituições para que as ações por elas previstas possam ir ao encontro das  
214 propostas do Plano de bacia. O SR. MARIO BASTOS DA SILVA reforçou sua  
215 preocupação com as APA’s, com a integração entre o Plano de Bacia e os Planos  
216 Diretores dos municípios nas áreas urbanas e rurais, com relação à sustentabilidade dos  
217 recursos hídricos. A SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA salientou a  
218 importância de que, em algum momento, o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e  
219 Afluentes do Alto Ribeira entrasse em contato com o Comitê do Baixo Ribeira, da  
220 necessidade de um trabalho de educação ambiental formal e não formal na bacia do  
221 Ribeira envolvendo a administração pública municipal, igrejas, agricultores e  
222 comunidade em geral, da necessidade de uma fiscalização intensa para proteção de  
223 fundo de vale, zoneamento e fiscalização plantio de pinus, desenvolvimento de políticas  
224 públicas de saneamento básico, da necessidade de se desenvolver um trabalho  
225 despoluição de chumbo residual da mineração realizada em Cerro Azul e Adrianópolis,  
226 de se evitar a construção de barragens na bacia do Alto Ribeira e da preocupação com a  
227 preservação das cavernas e dolinas, e do patrimônio natural das araucárias fossilizadas.  
228 O SR. VALTER JOHSON BONFIM solicitou que se fosse avaliado a exploração do  
229 Aquífero Karst, pois há desmoronamentos em Almirante Tamandaré e o aquífero tem  
230 importância para o abastecimento da represa do Passaúna e o SR. RODOLFO  
231 HUMBERTO RAMINA explicou que essa questão está sendo considerada no Plano.  
232 Para esclarecer uma dúvida levantada pelo SR. ROGÉRIO DA SILVA FELIPE em  
233 relação a qualidade da água, o SR. RODOLFO HUMBERTO RAMINA explicou que  
234 será considerado o parâmetro DBO, porém serão levados em consideração outros  
235 parâmetros sempre que necessário. O SR. ÉDSON LUIZ RODRIGUES D’ALMEIDA  
236 solicitou esclarecimentos quanto à consulta aos Planos Diretores dos Municípios ao que  
237 o SR. RODOLFO HUMBERTO RAMINA explicou que os Planos Diretores  
238 consideraram o PDI na sua elaboração e que o Plano de Bacia vai considerar  
239 principalmente o PDI mas vai verificar se não houveram modificações nos Planos  
240 Municipais em relação ao uso do solo. O SR. REINALDO J. R. DOS SANTOS  
241 esclareceu que, dentro do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,  
242 quem contratou a consultora para a execução do Plano de Bacia foi a Agência das  
243 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e que a CT-Plan está acompanhando  
244 a elaboração do Plano e que ele entendeu que a Consultora vai elaborar um diagnóstico  
245 baseado em estudos e planos existentes, e em cima deste diagnóstico vai propor  
246 alternativas e cenários e que o Plano de Bacia vai ser dinâmico e aprofundado ao longo  
247 do tempo. Ele concordou com a sistemática, mas fez questão de explicar para o Plenário  
248 para não haver dúvidas e solicitou a presença de todos os membros do Comitê que  
249 tenham alguma contribuição para a elaboração do Plano que participem das reuniões da  
250 CT-Plan. O SR. CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SILVA manifestou sua

251 preocupação com relação a cobrança pelo uso da água quando se tratar das indústrias de  
252 água mineral, uma vez que elas pagam o CEFEM, que é um imposto federal sendo que  
253 65% do valor cabe ao Município, 23% ao Estado e 12% à União. Em seguida o  
254 Presidente agradeceu a apresentação do SR. RODOLFO HUMERTO RAMINA e  
255 passou ao 5º item da pauta que se tratava da criação da Câmara Técnica de Cobrança,  
256 colocando em votação a proposta de criação desta Câmara Técnica, a qual foi aprovada  
257 por unanimidade. Em seguida indicou a Agência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes  
258 do Alto Ribeira como coordenadora da Câmara Técnica e propôs que os setores  
259 indicassem seus componente. O SR. DARCY DEITOS sugeriu que no final de janeiro a  
260 Secretaria Geral do Comitê convocaria os setores para reuniões onde cada setor  
261 escolheria seus representantes e a Agência definiria o Coordenador, proposta apoiada  
262 pelo SR. MÁRIO SÉRGIO RASERA, sendo que a SRA. LAURA JESUS DE MOURA  
263 E COSTA solicitou que a convocação para essas reuniões fosse feita com no mínimo  
264 dez dias de antecedência. Esse encaminhamento foi aprovado e em seguida passou-se ao  
265 6º item da pauta que tratava da definição de logomarca para o Comitê. O SR. ENÉAS  
266 SOUZA MACHADO apresentou 6 slides com sugestões para logomarca do Comitê,  
267 slides em anexo, com a sigla ALIAR, para que o Plenário decidisse por um deles, porém  
268 ficou definido que os membros do Comitê teriam até o final de janeiro para propor  
269 novos estudos, inclusive em relação à sigla que seriam votados na próxima reunião.  
270 Passou-se então ao item 7 da pauta – Assuntos Gerais quando a SRA. INGRID ILLICH  
271 MÜLLER agradeceu a oportunidade de estar levando duas contribuições ao Comitê e  
272 deu-se início a primeira apresentação “Metodologia para Enquadramento dos Corpos de  
273 Água da Bacia do Alto Iguaçu” pela Dra. LUZIA H. LOPES RIBEIRO, apresentação  
274 esta em anexo. Em seguida a Dra. Regina Tiemy Kishi deu início a apresentação  
275 “Metodologia para Outorga de Lançamento de Efluentes na Bacia do Alto Iguaçu”, que  
276 também está anexada a esta ata. A SRA. MARIA LUCIA MARANHÃO BISCAIA  
277 sugeriu que fosse considerado também o uso de testes de toxicidade, para poder  
278 identificar a presença de substâncias tóxicas no rio e de se levar em conta uma portaria  
279 do IAP que trata da fiscalização considerando testes ecotoxicológicos, posição esta  
280 apoiada pela SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA. O Presidente agradeceu  
281 as contribuições e o SR. ERIVELTO LUIZ SILVEIRA agradeceu a colaboração dos  
282 órgãos quando da elaboração do diagnóstico preliminar dos mananciais pela SANEPAR  
283 e sugeriu que na próxima reunião do Comitê fosse feita a apresentação do diagnóstico  
284 das bacias. A SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA informou que está  
285 disponível na Internet uma proposta do estatuto do Fórum Nacional de Comitês de  
286 Bacias, para análise e sugestões e solicitou que fosse realizado um levantamento do  
287 controle de frequência das reuniões do Comitê, uma vez que o Regimento Interno prevê  
288 sanções quando se ultrapassa um determinado número de faltas, observação acatada  
289 pelo Presidente. A SRA. TÂNIA LÚCIA GRAFF DE MIRANDA informou que estava  
290 substituindo o SR. MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA e que ele havia pedido para  
291 ela informar que foi protocolada uma sugestão junto ao Fórum Nacional de Comitês de  
292 Bacias para que a próxima reunião fosse realizada em Curitiba e, que seria interessante  
293 incluir na pauta da próxima reunião a indicação do Comitê de uma pessoa para fazer  
294 parte da comissão organizadora desta reunião, lembrando que os gastos da pessoa que  
295 vier a fazer parte desta Comissão deverão ser custeados ou pela instituição a que  
296 pertence ou pelo Comitê. Por fim o Presidente solicitou que na próxima reunião fosse  
297 observado o horário de início da reunião, agradeceu a presença de todos e deu por  
298 finalizada a 3ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do  
299 Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, técnica da  
300 SUDERHSA, lavrei a presente Ata.

301  
302 De Acordo  
303  
304  
305 DARCY DEITOS  
306 Secretário Geral do Comitê das Bacias  
307 do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira